

Avaliação no Ensino a Distância

JOÃO FRANCISCO SEVERO SANTOS

Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus,
e Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil

Introdução

O advento da Internet permitiu que o processo de ensino/aprendizagem não ficasse limitado apenas à sala de aula no contexto da relação aluno/professor tradicional, mas ultrapassasse esses limites físicos dando oportunidade a que o discente construa o conhecimento no seu ambiente doméstico, de trabalho ou onde mais desejar.

Por outro lado o distanciamento físico professor/aluno, impõe limitações na construção de valores agregados ao processo educativo presencial no que toca a aplicação dos métodos de avaliação disponíveis.

Em decorrência de tal realidade, é necessário que se faça uma revisão crítica do que é avaliação e como ela vem sendo empregada no Ensino a Distância. Para isso, elaboramos o seguinte problema de pesquisa.

Como é feita a avaliação e quais as vantagens e limitações dos métodos de avaliação destinados, atualmente, para o Ensino Superior a Distância?

O presente artigo tem como objetivo verificar o que é avaliação e quais as vantagens e limitações dos métodos de avaliação empregados no Ensino Superior a Distância.

Esclarecendo o processo de avaliação do ensino-aprendizagem

De acordo com Piletti (1987:190): "Avaliação é um processo contínuo de pesquisas que visa interpretar os conhecimentos, habilidades e atitudes dos alunos, tendo em vista mudanças esperadas no comportamento, propostas nos objetivos educacionais, a fim de que haja condições de decidir sobre alternativas do planejamento do trabalho do professor e da escola como um todo".

Segundo Haydt (2002), avaliar é atribuir um julgamento ou apreciação de alguma coisa ou de alguém com base em uma escala de valores. Logo, a avaliação consiste em coletar e interpretar dados quantitativos e qualitativos de critérios previamente estabelecidos.

Para Libâneo (1991), a avaliação é uma tarefa didática essencial para o trabalho docente. Por apresentar uma grande complexidade de fatores, ela não pode ser resumida a simples realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas fornece dados quantitativos que devem ser apreciados qualitativamente.

A avaliação entendida como uma ação pedagógica necessária para a qualidade do processo ensino-aprendizagem, deve cumprir, basicamente, três funções didático-pedagógicas: função diagnóstica, função formativa e função somática (Haydt, *op. cit.*; Libâneo, *op. cit.*; Piletti, *op. cit.*).

A função diagnóstica da avaliação refere-se à identificação do nível inicial de conhecimento dos docentes naquela área, bem como a verificação das características e particularidades individuais e grupais dos alunos, ou seja, é aquela realizada no início do curso ou unidade de ensino, a fim de constatar se os docentes possuem os conhecimentos, habilidades e comportamentos necessários para as novas aprendizagens. É utilizada também para estimar possíveis problemas de aprendizagens e suas causas (Haydt, *op. cit.*).

A função formativa é aplicada no decorrer do processo de ensino-aprendizagem servindo como uma forma de controle que visa informar sobre o rendimento do aluno, sobre as deficiências na organização do ensino e sobre os possíveis alinhamentos necessários no planejamento de ensino para atingir os objetivos (Almeida, 2001).

A avaliação formativa é uma importante ferramenta de estímulo para o estudo, uma vez que sua principal utilidade é apontar os erros e acertos dos alunos e dos professores no processo de ensino-aprendizagem. Esse tipo de avaliação é basicamente um orientador dos estudos e esforços dos professores e alunos no decorrer desse processo, pois está muito ligada ao mecanismo de retro-alimentação (feedback) que permite identificar deficiências e reformular seus trabalhos, visando aperfeiçoá-los em um ciclo contínuo e ascendente.

Para a maioria dos estudiosos da área de educação, uma das funções básicas da avaliação é o controle. Como controle podem-se entender os meios e a frequência das verificações dos resultados do processo de ensino-aprendizagem, bem como a quantificação e qualificação dos resultados, possibilitando o ajuste sistemático dos métodos que visam a efetivação dos objetivos educacionais.

A avaliação somativa visa classificar os docentes segundo os seus níveis de aproveitamento do processo de ensino-aprendizagem. É realizada ao final de um curso, período letivo ou unidade de ensino, dentro de critérios previamente impostos ou negociados e geralmente tem em vista a promoção de um grau para outro (Haidt, *op. cit.*).

As funções da avaliação deveriam ser aplicadas de forma interdependente, ou seja, não poderiam ser empregadas isoladamente. Assim, a função diagnóstica só terá sentido se estiver referida como ação inicial do processo didático-pedagógico que serve para apontar o caminho a ser seguido no processo de ensino-aprendizagem, constantemente retro-alimentado pelos dados da função formativa da avaliação para manter-se alinhado aos objetivos educacionais e, finalmente, para classificar os alunos segundo seu grau de aproveitamento dentro dos critérios estabelecidos de rendimento. Infelizmente, essa forma completa de avaliar é raramente empregada em nossa realidade educacional, tendo a avaliação um caráter meramente classificatório e descontextualizado.

Nas palavras de Wrightstone apud Piletti (*op. cit.*: 193-194):

“Avaliação é um termo relativamente novo, introduzido para designar um conceito mais compreensivo de medida do que o conceito dado pelos testes e exames convencionais. O relevo em medidas é colocado na aquisição de conhecimentos (matérias) ou aptidões específicas e habilidades, mas... o relevo em avaliação se

colocou nas modificações que a aprendizagem provoca na personalidade da criança, e nos principais objetivos do programa educacional. Isto inclui não apenas o conhecimento da matéria, mas também as atitudes, interesses, ideais, modos de pensar e agir, hábitos de trabalho, bem como adaptação pessoal e social”.

Concordo com a opinião de Peña (1999), no sentido de que é preciso fortalecer o caráter diagnóstico e formativo da avaliação, que vem sendo praticada enfaticamente com caráter classificatório, adotando assim, uma idéia de punição ou de nivelamento dos alunos. Para isso é necessário uma maior interação entre professor e alunos, principalmente no que se refere à contextualização dos resultados quantitativos, pois desenvolvendo um conceito de avaliação com ênfase nas suas funções de diagnóstico e controle, é possível uma tomada de consciência mais justa e realística do trabalho didático-pedagógico a fim de atender a objetivos educacionais mais amplos que a simples medida de desempenho.

O que é Educação à Distância (EAD)

Para Garcia (1995), Educação à Distância (EAD) é um sistema tecnológico de comunicação bidirecional, que substitui o contato pessoal professor/aluno, como meio preferencial de ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização e tutoria, que possibilitam a aprendizagem independente e flexível dos alunos.

De acordo com Keegan (1991), os elementos centrais para caracterização da Educação à Distância são:

- a) Separação do professor e aluno no espaço e/ou tempo.
- b) Controle do aprendizado realizado mais intensamente pelo aluno do que pelo professor.
- c) Comunicação entre alunos e professores é mediada por documentos impressos ou alguma forma de tecnologia.

Na opinião de Petri (1996), a EAD deve ser compreendida como uma modalidade de se fazer educação pela democratização do conhecimento, onde o conhecimento deve estar disponível a quem se dispuser a conhecê-lo, independente do lugar, do tempo e de engessadas estruturas formais de ensino. Sem dúvida é uma alternativa pedagógica que hoje dispõe o educador e as instituições escolares.

De acordo com Keegan (*op. cit.*), podemos classificar em três grupos as contribuições dos estudiosos no campo teórico da EAD:

- a) TEORIA DA AUTONOMIA E DA INDEPENDÊNCIA: Proposta por Michael G. Moore e Charles A. Wedemeyer, possuindo quatro fatores básicos: Autonomia, Distância, Estrutura e Diálogo.
- b) TEORIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO: Otto Peters desenvolveu estudos que apontam para a assimilação de pressupostos da era industrial por parte da estrutura da Educação à Distância.
- c) TEORIA DA INTERAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO: A formação de um corpo teórico consistente é devido ao trabalho de Börje Holberg, em especial a obra *Educación a distancia: situación y perspectivas*, já em 1982 que trata de todos os tópicos e possibilidades da EAD. Apresenta como eixo central de sua teoria a EAD como um método de conversação didática guiada, orientada para a aprendizagem.

A fragilidade percebida a respeito do reconhecimento da EAD como um processo de ensino-aprendizagem de qualidade é conseqüência da implantação de projetos baseados na lógica empresarial ou de mercado. Devido ao atraso de nosso país nessa modalidade de ensino, existe uma falta de estrutura competente de fiscalização e adequação à realidade brasileira. Com isso discute-se sobre a validade da avaliação e formação por meio desse processo que já é amplamente difundido em outros países.

Na opinião de Landim (1997), a EAD é a modalidade de ensino-aprendizagem mais apropriada para reduzir as distâncias e os isolamentos geográficos, psicossociais, econômicos e culturais, caracterizando uma nova revolução na democratização do conhecimento.

Vantagens e desvantagens da EAD

De acordo com a maioria dos defensores da EAD (Gutierrez e Prieto, 1994; Medeiros, 1999; Preti, 1996), as vantagens da modalidade, são, resumidamente, as seguintes:

- a) Massificação espacial e temporal.
- b) Custo reduzido por estudante.
- c) População escolar mais diversificada.
- d) Individualização da aprendizagem.
- e) Quantidade sem diminuição da qualidade.
- f) Autonomia no estudo.

Das vantagens acima listadas é possível inferir que a Educação à Distância democratiza o acesso à Educação, atendendo a alunos dispersos geograficamente e residentes em locais onde não haja instituições convencionais de ensino. Exigindo menor quantidade de recursos financeiros. Propicia uma aprendizagem autônoma e ligada à experiência dos alunos, que não precisam se afastar do seu local de trabalho. Promove um ensino inovador e de qualidade, garantindo o acompanhamento dos tutores, para tirar dúvidas, incentivar e avaliar os alunos. Incentiva a Educação Permanente, permitindo a atualização e o aperfeiçoamento profissional daqueles que querem aprender mais. Permite que o aluno seja realmente ativo, responsável pela sua aprendizagem e, principalmente, aprenda a aprender.

Os mesmos pesquisadores (Gutierrez e Prieto, *op. cit.*; Medeiros, *op. cit.*; Preti, *op. cit.*), alertam para os possíveis riscos na adoção dessa modalidade educacional:

- a) Ensino industrializado
- b) Ensino consumista
- c) Ensino institucionalizado
- d) Ensino autoritário
- e) Ensino massificante

Além de romper o paradigma da tutela do professor, que muitas vezes gera insegurança no aprendiz, a EAD exige equipes especializadas na preparação, confecção e distribuição de material e o uso de uma nova linguagem na relação professor/aluno, agora mediada pelo material distribuído. Tais efeitos possam ser minimizados através do planejamento detalhado e calcado na realidade do aprendiz.

Avaliação em Educação a Distância

A avaliação em EAD tem algumas características que são resultado do paradigma educacional proposto ao processo de ensino-aprendizagem e à natureza do processo específico.

De acordo com Gonçalves (1996):

“A avaliação, não importa a missão que se lhe proponha cumprir, parece ter o dom de despertar nas pessoas suas defesas mais escondidas. É, na educação, um processo revestido de rituais complexos, que resulta por torná-la um mito. No caso da avaliação da aprendizagem, tal mitificação ao invés de possibilitar às pessoas maior consciência de como está se desenvolvendo internamente o processo de construção do conhecimento, termina por confundi-las, tornando-as dependentes de algum veredicto externo que determine se estão aprendendo ou não”.

Segundo Gunawardena E Zittle apud Medeiros (*op. cit.*), um ensino centrado no aluno, como é a EAD, traz profundas transformações no processo de avaliação. Algumas dessas transformações são fontes de intermináveis debates entre educadores, políticos e empresários da área de ensino. Dentre elas podemos citar:

- a) Adoção e conseqüente valoração de uma navegação por hipertexto dentro do contexto da Internet.
- b) Aceitação de múltiplas tecnologias nos diferentes momentos de EAD.
- c) Ênfase em tecnologias que estimulem a ambientação e o apoio sócio-afetivo, como resultado de pesquisas sobre a contextualização nos países latinos e africanos.
- d) Previsão de contínuo e permanente apoio ao estudante, com freqüentes feedbacks.
- e) Entendimento e a prática de vivência de trabalho como um time integrado.
- f) Necessidade de coordenação e apoio das atividades em geral e nos diversos ambientes e "sites" em particular; além da permanente necessidade de avaliação do Ensino à Distância e da Educação à Distância em particular.

De acordo com Medeiros (*op. cit.*), cabe a cada ambiente de aprendizagem, no seu sentido estrito e amplo, a existência de processos do tipo alavancagem, como proposto por Vygotsky em seu delineamento dos níveis de desenvolvimento proximal em relação ao real/potencial e em direção a uma aprendizagem autônoma e emancipatória, onde se incluem as idéias de Habermas.

Na medida em que o desenvolvimento emancipatório e autônomo, implica em um resgate dos conceitos de participação qualificada, de compromisso, de colaboração. Estes pressupõem uma relação

equilibrada, de busca de igualdade real, sem perda da qualidade, da autoridade, mas, principalmente, sem perda da autoria e da autonomia social e individual construída pela criação de argumentos. É com base na construção de argumentos que se trabalha processualmente a aprendizagem e, nela, a avaliação. Nessa perspectiva, a aprendizagem é continuamente buscada na ação dos sujeitos.

Ainda para Gonçalves (*op. cit.*), o comentário, tantas vezes repetido, de que não é séria a ação de Ensino a Distância que dispensa a exigência da avaliação presencial da aprendizagem, confirma a percepção de uma relação de desconfiança, entre educador e educando, além de a educação ser vista como algo externo ao indivíduo. Prossegue ainda em suas assertivas:

“Há situações em que a presencialidade na avaliação é condição de aperfeiçoamento da aprendizagem - aquelas que envolvem algumas habilidades motora complexa, por exemplo. Nestas situações, a não previsão de avaliação ou de avaliação presenciais poderia ser tida como irresponsável; pois, se é imprescindível para a aprendizagem, torna-se um direito do aluno a ser respeitado” (Gonçalves, *op. cit.*: 07).

Na maioria das vezes, para fins de avaliação da aprendizagem no Ensino Superior à Distância, a presencialidade é exigida; Isto acontece, menos por ser necessário e mais porque não se conseguiu desenvolver formas de avaliar que superem da presencialidade. Uma situação de avaliação que, por exemplo, permita consultas a documentos de qualquer natureza, não tem porque ser presencial - no entanto, a lógica demonstra que, no Ensino a Distância, é muito complicado avaliar mudanças de comportamento, memorização e atitudes que não de forma presencial.

Considerações finais

Concordamos plenamente que a EAD pode representar uma verdadeira revolução na democratização do ensino superior. Instituições inteiras de ensino superior, tais como: American World University, United Kingdom's, Open University, Vancouver's Open Learning Agency, Norway's NKS e NKI Distance Education; entre outras, têm se dedicado a prover Educação à Distância no nível pós-secundário, por décadas.

A avaliação no EAD, como vimos, tem pontos muito fortes baseados na autonomia, autodidaxia, pesquisa e autoria, competências importantes na formação de um indivíduo crítico e consciente. Porém, como o contato pessoal com os alunos é muito menor ou nulo no Ensino à Distância, é muito difícil, por exemplo, o professor identificar individualmente os seus alunos ou observar essas mudanças comportamentais, critérios importantes para uma avaliação qualitativa.

Um outro ponto forte da EAD é a relação professor-aluno ser, claramente, menos hierarquizada devido ao fato desta interação ser feita via mensagens eletrônicas, fórum ou Chat, onde os símbolos sócio-culturais subjetivos não são tão claros para demarcar a diferença entre professor e alunos como existe em uma sala de aula tradicional. Isso inibe o constrangimento do aluno em expressar opiniões diante do professor. Todavia, podemos notar que o distanciamento geográfico impele também um distanciamento afetivo e uma falta de comunicação mais ampla. Essas são variáveis muito importantes no processo de ensino-aprendizagem visando a mudança comportamental própria do processo educativo.

A falta de contato com os alunos obriga o estabelecimento de regras a serem seguidas durante o curso de uma forma clara desde o primeiro momento. Para isso, acreditamos que é necessário uma primeira aula presencial filmada, a fim de realizar uma avaliação diagnóstica, ou seja, discutir e coletar dados sobre o que é esperado dos alunos e pelos alunos, como a disciplina será desenvolvida, e como será executada a avaliação. Além disso, páginas na Internet com estas informações devem ser disponibilizadas no "conteúdo da disciplina" (páginas de Norteadores pedagógicos e de Critérios de avaliação). Qualquer informação não claramente documentada pode ser colocada como algo não esperado por alguns alunos e justificar as críticas destes com relação à clareza das regras no processo de avaliação.

O Ministério da Educação já credenciou mais de 128 instituições de ensino superior que oferecem cursos na modalidade à distância no Brasil. Setenta deles são de graduação e bacharelado e há dezenas de programas de pós-graduação lato sensu. Somente até agosto de 2005, 22 instituições pediram credenciamento para ofertar cursos superiores à distância (ABED, 2005).

Após verificarmos diversos cursos superiores à distância de instituições como UDESC, UFRJ, UNIVIRT, AWU e UNAERP, podemos constatar que a avaliação no EAD exerce uma função basicamente somativa no processo educativo. A função diagnóstica é muito pouco exercida e a função formativa é quase nula devido à falta de uma metodologia e tecnologia que propiciem um maior contato entre os alunos e os professores.

Em nossa opinião, a avaliação em EAD é limitada atualmente conforme o paradigma educacional adotado. Se o objetivo for preparar mão de obra qualificada para o mercado ou aperfeiçoar profissionais já formados, o atual modelo de avaliação é apropriado para verificar esses objetivos. Mas, se o objetivo é a formação de pessoas críticas e conscientes, o modelo atual é limitado, pois fica reduzido a dados quantitativos e a função formativa da avaliação não é empregada. Além disso, é muito difícil, do ponto de vista psicológico, que algum tipo de tecnologia consiga substituir o contato humano no processo educacional entendido como processo de formação da personalidade.

Bibliografia

- ABED-Associação Brasileira de Educação a Distância. Aumenta Procura por cursos a Distância. Disponível em <http://www.abed.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=14&infol=309>, acessado em 08/12/2005.
- ALMEIDA, J. S. G. (2001): *A avaliação da aprendizagem escolar e a função social da escola*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- GARCÍA ARETIO, L. (1995): *Educación a distancia hoy*. Madrid, UNED, (Colección Educación Permanente).
- GONÇALVES, C. T. F. (1996): "Quem tem medo do ensino a distância?", in *Revista Educação a Distância*, n.º 7-8, INED/IBASE.
- GUTIERREZ, F., e PRIETO, D. (1994): *A Mediação Pedagógica - Educação à Distância Alternativa*. Campinas, Papirus.
- HAYDT, R. C. (2002): *Avaliação do processo ensino-aprendizagem*. São Paulo, Ática.
- KEEGAN, D. (1991): *Foundations of distance education*. Londres, Routledge.
- LANDIM, C. M. M. P. F. (1997): *Educação à distância: algumas considerações*. Rio de Janeiro.
- LIBÂNEO, J. C. (1991): *Didática*. São Paulo, Cortez.
- MARTINS, J. P. e SANTOS, G. P. (2003): *Metodologia da pesquisa científica*. Rio de Janeiro, Grupo Palestra.
- MEDEIROS, M. F. (1999): "Paradigma em educação à distância: processo reconstrutivista em ambientes colaborativos e interativos", in *Anais da III Jornadas de Educación a Distancia - Mercosur 99*. Osorno, Chile.

- PEÑA, M. L. D. J. (1999): "Avaliação de aprendizagem: instrumento de reflexão da prática pedagógica", in *O trabalho docente: teoria e prática*. São Paulo, pioneira.
- PERRENOUD, P. (1998): *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Entre duas lógicas*. Porto Alegre, Artmed.
- PRETI, O. (org.) (1996): "*Educação a distância: uma prática mediadora e mediatizada*", in "Educação a distância: inícios e indícios de um percurso". Cuiaba, UFMT.
- PILETTI, C. (1987): *Didática geral*. São Paulo, Ática.

Contactar

Revista Iberoamericana de Educación

Principal OEI